



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

LEI Nº 6,188, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

"Dá Nova Redação aos Artigos 6º, 7º e 10, da Lei nº 4.381, de 31 de dezembro de 2003, que Regula o Transporte Escolar, Turístico e Particular fretados no Município, e dá outras providências".

O Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, no uso de suas atribuições, com fulcro no §6º do Art. 44 da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Os art. 6º, 7º e 10, da Lei Municipal nº 4.381, de 31 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º....

I-.....

II-.....

III-.....

IV-.....

V-.....

VI – A vida útil dos veículos escolares é fixada em 08 (oito) anos, para veículos tipo caminhonete, Kombi e os veículos de passeio mencionados no parágrafo único do artigo 3º, e de 16 (dezesseis) anos para os veículos tipo ônibus e microônibus. Em casos especiais, devidamente justificados pela Secretaria Municipal da Educação e após manifestação da comissão de transportes, poderá ser autorizado a prorrogação por mais doze meses, até que se faça a troca do veículo, passando as vistorias a serem mensais.

VII -.....

VIII- Ter afixado o Certificado de Vistoria Veicular, a que se refere o § 4º deste artigo.

§ 1º Os veículos serão vistoriados semestralmente pela Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança (SEMOT), ou por oficina credenciada pelo Município, as custas dos interessados, a fim de serem verificados os equipamentos obrigatórios, de segurança e dos estabelecidos na Portaria DETRAN nº 1.153, de 26 de agosto de 2.002.

§ 2º.....

§ 3º. O Veículo não submetido a inspeção semestral terá seu registro bloqueado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

§ 4º O Órgão vistoriador emitirá Certificado comprobatório que será fixado na parte interna do veículo, em local visível ao usuário e a fiscalização.

Art. 7º.....

§1º.....

§ 2º.....

§ 3º Quando da análise do recurso, em decorrência das sanções impostas com fundamento nos incisos deste artigo, deverá ser ouvida a Comissão Municipal de Transportes, não ficando, no entanto, o Prefeito Municipal, vinculado a manifestação da Comissão.

Art. 10. A fiscalização, controle dos veículos e das empresas, solicitatório de licitação, vistorias dos veículos escolares que prestam serviço no Município de Santo Antonio da Patrulha, é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação (SEMED)."

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio da Patrulha, 28 de fevereiro de 2011.


Cantidio Borges Lima Machado
Presidente do Legislativo Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE